

## Resenha

---

### Pontuações sobre política científica & tecnológica no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

---

LIMA, P.G. *Política científica & tecnológica no Brasil no governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)*. 1ª Ed. Dourados/MS: Editora Da UFGD, 2014.

---

**Meira Chaves Pereira\***

Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba

A obra apresenta dados e contexto das políticas públicas que envolvem o investimento em ciência, tecnologia e inovação e os condicionantes econômicos e sociais, problematizados em pesquisa desenvolvida por Paulo Gomes Lima. O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso é ênfase no aprofundamento da leitura do objeto. Trajetória que o autor desenvolve com dados e comparações.

Paulo Gomes Lima é Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista/Araraquara, SP Docente do Departamento de Ciências Humanas e Educação [DCHE] e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba O livro tem 188 páginas, divididas em duas partes.

Na primeira parte o autor discute o quadro da C&T brasileira pós-primeira gestão do governo FHC, a proposição de reestruturação de políticas públicas para o setor de C&T do período, bem como as fontes de financiamento para C&T&I na segunda gestão FHC e conclui com um balanço sobre as políticas públicas e os investimentos em C&T&I no Brasil no período de 1999-2002. Na segunda parte discutimos a C&T&I no Brasil a partir da segunda gestão de FHC, destacando a criação dos fundos setoriais (p.16).

O autor destaca o quadro marcado pela instabilidade para uma PCT consistente e explícita exigiam encaminhamentos emergenciais que pudessem responder às solicitações do setor, que sofria as implicações de uma política de contenção de despesas convergentes às determinações de organizações financeiras multilaterais com as quais o governo tucano contraía obrigações em nome da retomada do crescimento do país.

Importante destacar que, no desenho do livro, no período de 1999 a 2002, amparado pela Constituição Federal de 1988, Capítulo V, Artigos 218 e 219, o governo FHC constituiu uma verdadeira e nova arquitetura quanto aos novos recursos para o setor de C&T para a pesquisa e desenvolvimento (P&D), como faziam os países avançados e as EIRS (Economias de Industrialização Recentes – países como Hong Kong, Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura).

Lima (2014) destaca que a despeito do esforço da Engenharia dos Fundos Setoriais, encabeçado pelo Ministro Ronaldo Sardenberg e equipe, a própria dinâmica governamental emperraria a sua implementação, impondo restrições fiscais, por meio inclusive de um instrumento que, segundo o governo FHC, garantiria o superávit primário do país: a reserva de contingência. Ao todo foram criados 14 fundos setoriais, a lógica era a de fornecer melhor e de maior abrangência, apoio a áreas que desenvolvessem tecnologia de ponta. É interessante, algumas observações destacadas pelo autor de que,

numa relação comparativa o governo FHC investiu e gastou mais no campo do armamento bélico, do que na área educacional.

Em entrevista concedida a Lima (2014), o ex-secretário do MCT, Carlos Américo Pacheco, se reporta a criação dos Fundos Setoriais, com a finalidade de atender a “opção prioritária” do governo na agenda de sua segunda gestão, cujo enfoque era P&D&I. Esse é um ponto de recorrência no livro, pois o autor vai problematizando e recorrendo das falas de Pacheco.

Paulo Gomes Lima destaca que houve forte discurso de incentivo à maior participação da iniciativa privada para a P&D&I, uma vez que o governo FHC (1999-2002) propunha a partir da legislação de incentivo às empresas, existente na época (Lei Nº 8.010/90; Lei Nº 8.032/90; Lei Nº 8.661/93; Lei Nº 10.637/02).

Outro instrumento que se encarregaria de reunir recursos para o fomento e financiamento das atividades da pesquisa científica e tecnológica, que seriam os Fundos Setoriais. Vale destacar que por esta época o governo FHC já havia feito uma modificação totalmente desinteressante para as empresas privadas quanto aos incentivos para investimento em P&D, como, por exemplo, alterando a Lei Nº 8.661/93 por meio da Lei Nº 9.532/97 – esta alteração juntamente com outras medidas constadas de um Plano de ajuste econômico chamado “Pacote 51” inibiriam mais ainda o quadro de participação do setor privado.

O crédito concedido para as empresas, embora oferecesse taxas de juros menores que as do mercado financeiro, ainda estava muito aquém da necessidade dos empreendedores brasileiros e, além disto, os financiamentos para o desenvolvimento da P&D eram condicionados a apresentação de garantias pelas empresas. Esta ação dificultava em larga escala o pequeno empreendedor que não dispunha das mesmas e desta forma se via impedido da consecução do referido financiamento.

A segunda parte do livro trata da C&T&I no Governo FHC (1999-2002), observando que os recursos gerados a partir dos Fundos Setoriais, além de sofrerem a retenção de um bom percentual de suas entradas por meio das reservas de contingência, havia uma baixa execução do orçamento aprovado para aplicação em C&T&I, explicitando dois agentes comprometedores para o planejamento do setor: falta de recursos e ineficiência na utilização do orçamento aprovado. Percebe-se que não havia tanta clareza na orientação dos recursos dos Fundos Setoriais, mesmo na contemplação da P&D&I como prioridade governamental, pois de todos eles, de forma direta, somente o FVA (Fundo Verde e Amarelo) previa a destinação de recursos para este setor em forma de subvenções econômicas.

Lima (2014) enfatiza que a segunda gestão foi dito que inicialmente os recursos dos Fundos Setoriais foram direcionados muito mais para as universidades e institutos públicos de pesquisa, promovendo um maior crescimento em relação à gestão anterior do governo FHC, mas no último ano deste governo (2002), houve um esvaziamento de apoio para o segmento.

Este quadro generalizado desvelou o grande encampamento das prioridades governamentais: o cumprimento de sua agenda com organizações multilaterais e com isto viu-se que o governo FHC foi marcado por uma direção claramente neoliberal, embora houvesse contestações a este respeito com a afirmação de um posicionamento social-democrata por sua parte e de sua e equipe ministerial. O discurso do governo FHC era explícito para o setor de C&T&I; a operacionalização de políticas públicas que acompanhassem a materialização do mesmo, nem tanto assim.

Todo o delineamento da obra permite o retorno e a confirmação da hipótese central da problemática: o governo FHC desenvolveu maior grau de estagnação e retrocesso para o setor da C&T&I nas duas gestões,

destacando que a inovação passou a ser incorporada mais largamente somente a partir de sua segunda gestão. O distanciamento entre o seu discurso e medidas efetivamente tomadas para o setor é fator decisivo para compreender que a dimensão presente desde o início do governo, embora se dissesse social-democrata foi de cunho neoliberal, conforme se explicitou no corpo do texto. Pelos levantamentos do quadro do MCT, o próprio governo sabia das prioridades para o setor, mas sua agenda estava atrelada a compromissos com organizações multilaterais que se valiam e se valem do mercado internacional como processo natural das relações capitalistas.

Desta forma, a opção foi trabalhar no sentido de atender demandas de caráter muito mais de controle inflacionário, a um preço que nos dias atuais ainda está sendo pago. Neste ínterim, como observara o próprio Pacheco, isto foi um ponto de debilidade para o setor, corroborando mais incisivamente para a confirmação da hipótese destacada e garantindo a sua validade enquanto constatação histórico-social.

O livro é atual e apresenta contribuições e recorrências para se compreender a ciência e tecnologia do período, bem como os meios de financiamentos, fragilidades e encaminhamentos para se pensar a Política em C&T&I no Brasil. Leitura recomendável e obrigatória para quem pesquisa sobre o objeto de estudo em tela.

---

\* Mestranda em Educação pela UFSCar *campus* Sorocaba, docente da Rede Oficial de Ensino da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo atuando na região de Sorocaba/SP. E-mail: [meira.chaves@gmail.com](mailto:meira.chaves@gmail.com).

Recebido em 10/04/2015

Aprovado em 30/04/2015